

ENSINO SUPERIOR/ENSINO PARTICULAR

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Denunciam estudantes «voluntários» do Porto

# UNIVERSIDADE LUSÍADA NÃO CUMPRE PROMESSAS

Por ALICE RIOS

Ex-alunos da Universidade Livre (Porto) acusados pela «Lusitânia», sediada em Lisboa, de se desviarem para nova instituição, que acusam de violar a Constituição Portuguesa e de não cumprimento das promessas feitas aquando da sua transacção.

A situação agora denunciada pelos ex-alunos dos cursos de Direito e Gestão da «Lusitânia» desloca-se em Lisboa com a ver com o processo de sua transacção para a «Lusitânia», em Maio passado, na sequência da retirada da homologação de cursos da «Livre» pelo ex-ministro da Educação, no seguimento da qual se vieram a criar novas instituições de Ensino Superior Particular e Cooperativo — a Universidade Portuguesa, no Porto e a «Lusitânia», em Lisboa, por exemplo.

Os trabalhadores-estu-

## «Um processo tortuoso»

O «processo tortuoso» da entrada destes alunos na «Lusitânia» foi, segundo eles, o seguinte:

No seguimento dos conflitos entre o Ministério da Educação e a SOGELVIR, o ministro João de Deus Pinheiro emite um despacho em 20/05/77, que retira a homologação de cursos da Universidade Livre, considerando esse curso um «prelo» para optarem entre a matrícula nos universitários privados ou não.

eram trabalhadores-estudantes.

«Nota-se que a «Lusitânia» casou então todos os pedidos de inscrição para cursos de ingresso e acesso, ao custo de 400000 por aluno, não tomando qualquer iniciativa para os financiar, apesar dos condicionamentos que apresentavam relacionados com a nova condição de trabalhadores-estudantes. E não foram essas condições que todo este processo, mas apenas o teor de qualquer despacho em carta de posição legal que regulava

mentou a transferência. Tudo foi negociado entre a «Lusitânia» e o Ministério. Apesar disso, tentámos contactar os nossos alunos, vivendo, entre Maio e Setembro, 1977, quando os alunos estavam a fazer o exame de admissão, não tendo sido em tempo recebido qualquer resposta, quer do reitor, quer do secretário-geral.

## «Já sabemos todas as coisas» — diz a «Lusitânia»

Contudo, o secretário-geral da «Lusitânia» e o reitor da Universidade Portuguesa, José Carlos Pinheiro, afirmam que «o curso n.º 1234» apenas existia na Universidade Lusitânia e a fazer os exames de admissão que estavam a acontecer, ficando todos aqueles a que já tinham passado.

Relativamente ao Centro de Apoio, aquele responsável afirmou que era um facto e que se destinava a prestar apoio aos alunos residentes no Porto, inscritos como «voluntários».

«Este Serviço de apoio consistia de uma sala no Porto de um professor de cada curso, mas não por exemplo, dando uma aula de três horas», disse.

Confrontado com o alu-

ção anómala causada pelo atraso na saída dos alunos de curso, o secretário-geral da «Lusitânia» negou que houvesse alunos por sair «isto é verdade! Já saíram todos os alunos. Se se trata de um aluno que destes respostas».

Os alunos, entretanto, insistem que ainda não sabem se devem matricular-se no ano seguinte ou se têm de

repetir a entrada, uma vez que não são conhecidos (até então não o eram) os resultados dos exames (fuga ao curso) realizadas, enquanto o prazo de candidatura a esta instituição está novamente a esgotar-se.

Fique a isto, os alunos casam para a intervenção do Ministério da Educação, os seus legítimos direitos.

Além disso, os alunos afirmam que não sabem se os resultados dos exames foram ou não publicados e que, por isso, não sabem se os alunos que não foram admitidos a fazer o exame de admissão a 12/09/77, podem ou não fazer a matrícula na Universidade Portuguesa, pois o reitor da instituição afirmou que não sabia se os alunos tinham ou não o direito de fazer a matrícula na Universidade Portuguesa.

## UM OFÍCIO EM SEGREDO

Uma fonte da Direcção-Geral do Ensino Superior confirma a existência do ofício n.º 1234, do director-geral, Clemente Pedro Nunes. Segundo a mesma fonte, esse ofício não tinha que ser idealizado em segredo, pois apenas diz respeito ao director-geral e ao reitor da Universidade Lusitânia, pelo Moir Velaz.

danças — condição que muito tem a ver com o caso — qualquer-se sumariamente de que a «Lusitânia» se obrigou, no acto de inscrição, a aceitar um compromisso de permanência na instituição por um período de dois anos, deitar a saída dos alunos de exames feitos há meses, impossibilitando, assim, não de se candidatar a outra escola superior, e de o Serviço de Apoio prometido ao aluno de não ser uma «caixa».

Além disso, entre a instituição e os alunos não houve qualquer comunicação, nem sequer a nível de informação, sobre a situação dos alunos que não foram admitidos a fazer o exame de admissão a 12/09/77, e que, por isso, não sabem se os alunos que não foram admitidos a fazer o exame de admissão a 12/09/77, podem ou não fazer a matrícula na Universidade Portuguesa.

Os alunos afirmam que os exames de admissão são feitos em segredo, e que os resultados não são publicados, e que os alunos que não foram admitidos a fazer o exame de admissão a 12/09/77, não sabem se os alunos que não foram admitidos a fazer o exame de admissão a 12/09/77, podem ou não fazer a matrícula na Universidade Portuguesa.

Os alunos afirmam que os exames de admissão são feitos em segredo, e que os resultados não são publicados, e que os alunos que não foram admitidos a fazer o exame de admissão a 12/09/77, não sabem se os alunos que não foram admitidos a fazer o exame de admissão a 12/09/77, podem ou não fazer a matrícula na Universidade Portuguesa.

ingresso em universidades do Estado existem, porém, indubitáveis. O processo envolto no caso é o tempo de candidatura a outras instituições privadas seguem-se. O remédio, segundo os alunos, foi continuar a ir às aulas da «Livre», que assim garantiu a sua regularidade e por consequência das universidades públicas, na expectativa de múltiplos dias.

Já em Maio deste ano a Universidade Lusitânia ter-se-á mostrado interessada em receber os alunos da «Livre». Propondo-se abrir um Centro de Apoio no Porto, e, enviada do Ofício n.º 1234, de 20/05/77, do director-geral do Ensino Superior, promovendo a realização de exames de ingresso e acesso.

Nesta altura um grupo de professores da «Livre» que se dizem «negociadores» com a «Lusitânia», tem garantido aos alunos a abertura do Centro de Apoio no Porto, para servir todos os alunos, excepto os de 3.º ano e funcionando em horário pós-laboral. Já que os alunos, na sua esmagadora maioria,

Política educativa  
Univ. Lusitânia

|     |    |
|-----|----|
| Dia | 1  |
|     | 2  |
|     | 3  |
|     | 4  |
|     | 5  |
|     | 6  |
|     | 7  |
|     | 8  |
|     | 9  |
|     | 10 |
|     | 11 |
|     | 12 |
|     | 13 |
|     | 14 |
|     | 15 |
|     | 16 |
|     | 17 |
|     | 18 |
|     | 19 |
|     | 20 |
|     | 21 |
|     | 22 |
|     | 23 |
|     | 24 |
|     | 25 |
|     | 26 |
|     | 27 |
|     | 28 |
|     | 29 |
|     | 30 |
|     | 31 |